

ENTRE OS VERMELHOS E OS BRANCOS: ANARQUISMO NA REVOLUÇÃO RUSSA E NA GUERRA CIVIL¹

Candidato: Dellano Alves de Araújo

Resumo: Este trabalho analisa a participação dos anarquistas na Revolução Russa de 1917 e na Guerra Civil Russa (1918–1922), destacando sua atuação política, social e militar em meio às disputas que marcaram o processo revolucionário. A pesquisa busca compreender a inserção dos libertários nas organizações operárias e camponesas, sua defesa da autogestão, dos soviets livres e da organização federativa, bem como os conflitos estabelecidos com o projeto bolchevique de centralização do poder. Para isso, examina-se especialmente a experiência da Makhnovtchina, liderada por Nestor Makhno na Ucrânia, considerada a principal expressão do anarquismo durante a Guerra Civil. Também são discutidos os debates entre autogestão e centralização, autonomia local e Estado forte, além do posterior apagamento da participação anarquista pela historiografia soviética. Conclui-se que os anarquistas representaram uma alternativa revolucionária relevante ao modelo bolchevique, contribuindo para ampliar a compreensão da pluralidade política presente na Revolução Russa e de seus diferentes projetos de transformação social.

Palavras-chave: Anarquismo; Revolução Russa; Guerra Civil Russa; Nestor Makhno; Autogestão; Bolchevismo.

Abstract: This paper analyzes the participation of anarchists in the Russian Revolution of 1917 and the Russian Civil War (1918–1922), highlighting their political, social, and military role amid the disputes that shaped the revolutionary process. The study seeks to understand the involvement of libertarians in workers' and peasants' organizations, their defense of self-management, free Soviets, and federalist organization, as well as the conflicts established with the Bolshevik project of centralized power. Special attention is given to the Makhnovist movement led by Nestor Makhno in Ukraine, considered the main expression of anarchism during the Civil War. The paper also discusses the debates between self-management and centralization, local autonomy and a strong state, as well as the subsequent marginalization of anarchist participation in Soviet historiography. It concludes that anarchists represented a significant revolutionary alternative to the Bolshevik model, contributing to a broader understanding of the political plurality present in the Russian Revolution and its competing projects of social transformation.

Keywords: Anarchism; Russian Revolution; Russian Civil War; Nestor Makhno; Self-management; Bolshevism.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade artigo, apresentado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/FACH) como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História. **Orientador:** Prof. Dr. Fabio da Silva Sousa.

De acordo com as normas da Portaria nº 2.664/2026 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e RESOLUÇÃO Nº 455-COUN/UFMS, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025, este texto utilizou Inteligência Artificial nas referências que seguem: foi utilizado a plataforma <https://chatgpt.com/share/6a31baca-7278-83e9-9549-87e1669662b3>, em 05 de junho de 2026, na tradução do resumo e das palavras-chaves para a língua inglesa e também na correção ortográfica do texto que segue para arguição.

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Russa teve início em fevereiro de 1917, com a deposição do czar Nicolau II, e alcançou um novo momento em outubro do mesmo ano, quando os bolcheviques tomaram o poder sob a direção política de Vladimir Lênin. Contudo, o poder soviético somente se consolidou em meio à Guerra Civil, cujos primeiros confrontos ocorreram logo após outubro, mas que se intensificou sobretudo a partir de 1918, estendendo-se até 1922. Esse conflito provocou milhões de mortes e contou com forte intervenção estrangeira, motivada pelo objetivo de conter e esmagar a experiência revolucionária. Por isso, a Revolução Russa e a Guerra Civil constituem um dos processos mais debatidos da historiografia contemporânea, pois nelas se condensaram diferentes projetos de transformação social, disputas sobre o sentido da emancipação e concepções distintas de poder revolucionário.

Embora a narrativa tradicional tenha privilegiado a centralidade bolchevique na condução desses acontecimentos, estudos libertários e pesquisas recentes chamam a atenção para a presença ativa dos anarquistas nas lutas revolucionárias, tanto nas cidades quanto no campo, bem como para seu posterior apagamento na memória histórica do período. Durante a Guerra Civil, os Vermelhos foram identificados aos bolcheviques, enquanto os Brancos reuniam monarquistas, liberais, oficiais czaristas, setores conservadores, nacionalistas e forças contrarrevolucionárias. No entanto, o conflito não se reduziu a esse confronto binário. Como observa Jean-Jacques Marie, a guerra civil também envolveu “dezenas de milhares de camponeses insurgidos, chamados de Verdes, que se opuseram a estes e àqueles e até mesmo entre si” (Marie, 2017, p. 17).

Entre esses movimentos camponeses e combatentes revolucionários destacou-se Nestor Makhno, jovem camponês ucraniano anarquista que, por sua capacidade política e militar, reuniu amplos contingentes armados, chegando a comandar dezenas de milhares de combatentes. Segundo Alexandre Skirda, Makhno e seus companheiros fundaram comunas agrícolas e associações operárias nas quais “os trabalhadores organizam-se com toda independência e começam a pôr em prática sua concepção revolucionária” (Skirda, 2020, p. 9). Nesse sentido, o papel dos anarquistas não pode ser compreendido como periférico ou meramente episódico, mas como parte

constitutiva das disputas políticas e sociais abertas pela crise do czarismo, pela decomposição do Estado russo e pela radicalização de trabalhadores e camponeses.

O apagamento posterior dessa participação não foi casual. A partir do fortalecimento do stalinismo, especialmente depois de 1929, a memória oficial soviética tendeu a reduzir a Guerra Civil ao conflito entre Vermelhos e Brancos, diminuindo ou desqualificando a presença dos Verdes, dos makhnovistas e de outras experiências revolucionárias autônomas. Durante o próprio conflito, os bolcheviques já haviam chamado muitos desses grupos de “bandos”, “bandidos” ou “anarcokulaks”, sobretudo na Ucrânia, como forma de associá-los à desordem e à ameaça camponesa contra a autoridade do Estado (Marie, 2017, p. 19). Essa classificação possuía função política evidente: transformava uma oposição social e revolucionária em criminalidade, legitimando sua repressão.

A importância do anarquismo no processo revolucionário russo, entretanto, não surgiu repentinamente em 1917. Paulino, ao discutir a leitura de Alexandre Skirda, mostra que as tradições comunitárias e igualitárias do mundo rural russo, associadas ao mir e a formas coletivas de participação, ajudam a compreender a base social sobre a qual os anarquistas dialogaram com trabalhadores e camponeses. Nessa interpretação, os soviets não seriam uma criação desligada do passado social russo, mas uma forma urbana adaptada de práticas coletivas já existentes. Assim, os libertários devem ser situados como parte ativa da construção revolucionária, e não como elemento estranho a ela.

Do ponto de vista político, os anarquistas defendiam uma revolução baseada na autonomia das massas, na autogestão e na organização federativa, em oposição à centralização estatal bolchevique. Passeti destaca que, na Revolução Russa, a contribuição anarquista foi a de “não abrir mão da liberdade” e insistir na defesa do “socialismo libertário ou anarcocomunismo” (Passeti, 2017, p. 48). Essa formulação é central porque evidencia que, para os libertários, a emancipação social não poderia ser alcançada por meios autoritários. Ao discutir Emma Goldman, o autor lembra que “os meios autoritários levam a fins autoritários, da mesma maneira que meios libertários levam a fins libertários” (Passeti, 2017, p. 49).

A divergência entre anarquistas e bolcheviques, portanto, não era apenas tática, mas envolvia concepções opostas sobre o próprio sentido da revolução. De

acordo com Paulino, o conflito se estabeleceu em torno da questão “Estado/Comuna”, pois os anarquistas defendiam “a construção da nova sociabilidade a partir das comunas de sovietes autogovernadas e federadas entre si”, enquanto os bolcheviques priorizavam a organização do Estado proletário (Paulino, 2020, p. 241). Nesse ponto, a questão do controle operário torna-se decisiva: os libertários apostavam na autonomia dos trabalhadores e na autogestão da produção, ao passo que os bolcheviques sustentavam a centralização como resposta ao atraso econômico, à crise social e à guerra civil.

Este trabalho propõe analisar o papel dos anarquistas na Revolução Russa e na Guerra Civil, buscando compreender sua inserção nas lutas sociais do período, seus projetos políticos, suas formas de organização e os conflitos estabelecidos com o bolchevismo. Mais do que recuperar personagens e episódios marginalizados, pretende-se discutir em que medida o anarquismo representou uma via revolucionária própria, baseada na autogestão das massas e na crítica radical ao Estado. Ao recolocar os anarquistas no centro do debate, busca-se também refletir sobre os limites e contradições da revolução quando ela passa da dinâmica plural da insurreição para a lógica da centralização política e da razão de Estado.

2. O ANARQUISMO NA REVOLUÇÃO RUSSA

Antes mesmo da Revolução de Fevereiro, os anarquistas já constituíam uma força organizada no interior do Império Russo. Como observa Paulino, apoiando-se em Alexandre Skirda, o movimento libertário conheceu crescimento expressivo no início do século XX: “em 1903, há 12 organizações em 11 cidades; em 1904, 29 grupos em 27 lugares de habitação do Noroeste, do Sudeste e Sul do país; em 1905, há 125 grupos e federações em 110 cidades e localidades” (Skirda apud Paulino, 2020, p. 240). Essa presença anterior a 1917 demonstra que os anarquistas não surgiram como elemento acidental no processo revolucionário; ao contrário, já estavam inseridos nas redes militantes e nas lutas sociais que antecederam a queda do czarismo.

Além de sua organização política anterior, o anarquismo encontrou ressonância em práticas coletivas presentes na sociedade russa. A experiência das comunas camponesas, a tradição da posse coletiva da terra e as formas comunitárias de autoadministração ofereciam um terreno histórico favorável à defesa libertária da

autonomia, do federalismo e da autogestão. Assim, as formas de organização que reapareceram em 1917, especialmente os sovietes, não podem ser vistas apenas como criações instantâneas da crise revolucionária, mas também como expressões transformadas de experiências coletivas anteriores. Isso ajuda a explicar por que os anarquistas foram capazes de dialogar com segmentos amplos da população trabalhadora e camponesa, sobretudo com aqueles que desconfiavam das formas centralizadas de poder.

Entre 1914 e 1917, a Primeira Guerra Mundial agravou profundamente a crise do Império Russo. O país mobilizou milhões de pessoas, em sua maioria camponeses, enquanto a miséria aumentava no campo e nas cidades. Pequenos e médios agricultores foram atingidos por requisições de gado e alimentos; os operários, por sua vez, viam os salários perderem valor diante do aumento dos preços. Qualquer reivindicação social era tratada como ameaça ao esforço de guerra, o que ampliava o descontentamento contra o czarismo. A crise explodiu em deserções, manifestações e greves, até que, em fevereiro de 1917, uma mobilização de mulheres em Petrogrado e a repressão estatal desencadearam um movimento mais amplo de operários, soldados e camponeses.

Pierre Broué caracteriza esse momento como um período de “dualidade de poder”, pois a insurreição espontânea dos operários, ao arrastar camponeses uniformizados e derrubar a monarquia czarista, provocou o surgimento de dois polos políticos: de um lado, o poder dos sovietes operários; de outro, a burguesia liberal articulada em torno do Governo Provisório (Broué, 1996, p. 12). Mencheviques e socialistas-revolucionários defendiam um apoio crítico ao novo governo, pois consideravam que a revolução ainda se encontrava em sua etapa democrático-burguesa. Nesse contexto, os sovietes deveriam atuar como órgãos de fiscalização e pressão, e não como base imediata de um novo poder socialista.

A Revolução de Fevereiro abriu, portanto, um campo de disputa entre diferentes projetos revolucionários. Não se tratava ainda da consolidação de um poder centralizado, mas de um momento de expansão das forças sociais, de fortalecimento dos conselhos, comitês, assembleias e formas autônomas de organização dos trabalhadores e camponeses. Passetti define a revolução como um acontecimento que “propicia a expansão das diversas forças de resistências diante de uma situação

insuportável” (Passetti, 2017, p. 48). Nessa conjuntura, os anarquistas defenderam que a revolução deveria avançar como processo de libertação social conduzido diretamente pelas massas, sem que essa energia fosse canalizada para a construção de um novo poder estatal centralizado.

No campo, os camponeses passaram a ocupar grandes propriedades, confiscar colheitas e dividir terras. Nas cidades, operários e soldados elegeram seus próprios organismos de representação, como sovietes e comitês de fábrica. Nesse cenário, Makhno desempenhou papel relevante ao lado de outros anarquistas, fundando comunas agrícolas e associações operárias. Segundo Skirda, esses eram espaços nos quais os trabalhadores se organizavam com independência e buscavam pôr em prática uma concepção radical de revolução, baseada na abolição das relações mercantis e do salariado, bem como na organização da produção e do consumo segundo as necessidades sociais (Skirda, 2020, p. 10).

A atuação anarquista entre fevereiro e outubro concentrou-se especialmente nos organismos de base criados ou fortalecidos durante a revolução. Os sovietes, os comitês de fábrica, os sindicatos e outras formas de associação popular tornaram-se espaços privilegiados de intervenção libertária. Nesses locais, os anarquistas defendiam a autogestão, o controle operário da produção e a organização federativa da vida social. Em vez de aceitar a mediação de um partido ou de um aparato estatal, sustentavam que os próprios trabalhadores deveriam administrar as fábricas, as comunidades e os assuntos públicos.

Essa posição aproximava os anarquistas da dinâmica mais espontânea e descentralizada da revolução, sobretudo em sua fase inicial, quando a hegemonia bolchevique ainda não estava consolidada. Segundo Leandro Ribeiro Gomes, havia afinidade entre a tradição anarquista e os sovietes, uma vez que estes valorizavam a “ação direta”, rejeitando “o parlamento e os partidos políticos como mediadores” e privilegiando a auto-organização (Costa, 1985, p. 20; Tragtenberg apud Gomes, 2012, p. 51). Por isso, os anarquistas enxergaram nos sovietes e nos comitês de fábrica um caminho efetivo para a revolução social, baseado não na representação política tradicional, mas na ação direta das massas.

Paulino destaca que, nas vésperas da revolução, existiam “40 organizações libertárias espalhadas por 21 cidades”, representando aproximadamente 40 mil

militantes. Além disso, os anarco-sindicalistas possuíam força em comitês de fábrica e usinas, sindicatos de padeiros, metalúrgicos e estivadores; pregavam aos trabalhadores o controle direto dos meios de produção, partindo de uma organização pela base, e não por meio do Estado (Paulino, 2020, p. 240). Esse dado reforça que a presença libertária não era apenas ideológica, mas também organizativa, sindical e social.

Com a chegada de Lênin à Rússia, em abril de 1917, a orientação política do Partido Bolchevique foi alterada decisivamente. Até aquele momento, parte da direção bolchevique admitia algum grau de colaboração com o Governo Provisório e aceitava a política de defesa nacional. Lênin rompeu com essa posição ao defender que operários e camponeses deveriam lutar diretamente pelo poder dos soviets. Segundo Broué, “desde o primeiro instante de sua chegada, Lenin combateu a política até então conduzida por seu Partido e redigiu as Teses de abril”, nas quais afirmava que “os operários e os camponeses devem lutar pelo poder dos soviets” (Broué, 1996, p. 18).

As Teses de Abril não representaram apenas uma mudança tática, mas uma redefinição estratégica. A revolução não deveria permanecer nos limites de uma república democrático-burguesa, mas avançar para uma nova etapa, vinculada à revolução socialista internacional. Essa posição, inicialmente minoritária dentro do próprio partido, ganhou força à medida que o Governo Provisório demonstrava incapacidade de resolver as principais questões abertas em fevereiro: a permanência na guerra, a crise de abastecimento, a pressão camponesa pela terra e o fortalecimento dos soviets.

Broué observa que os camponeses-soldados desertavam em massa, “votando, como disse Lenin, ‘com seus pés’”, enquanto os camponeses ocupavam grandes propriedades, confiscavam colheitas e dividiam terras (Broué, 1996, p. 13). Ao mesmo tempo, operários e soldados organizados nos soviets formulavam reivindicações cada vez mais amplas. Esse movimento acabou varrendo aqueles que tentavam bloqueá-lo ou canalizá-lo: primeiro os políticos burgueses do Governo Provisório e depois os socialistas conciliadores (Broué, 1996, p. 13).

A crise de julho, entretanto, revelou os limites imediatos da radicalização revolucionária. As manifestações armadas em Petrogrado ocorreram de forma prematura, pois a capital encontrava-se politicamente mais avançada que o restante do país. Broué afirma que essa manifestação, por estar “demasiadamente avançada em

relação ao resto do país”, obrigou os bolcheviques a um período de retraimento (Broué, 1996, p. 13). Após a repressão, Lênin passou à clandestinidade e refugiou-se na Finlândia, enquanto o partido atuou em condições mais difíceis. Ainda assim, a repressão não destruiu os bolcheviques, que reapareceram como força central durante a resistência à tentativa de golpe de Kornilov.

A aproximação entre Lênin e Trótski também se tornou decisiva nesse processo. Broué destaca que Trótski, embora tivesse divergido de Lênin durante anos sobre a concepção de partido, passou por uma virada política durante a guerra e se aproximou dos bolcheviques. Em julho de 1917, seu grupo fundiu-se ao Partido Bolchevique, reconhecendo que Lênin tinha razão sobre a questão do partido (Broué, 1996, p. 19). Essa convergência possuía base programática, pois as Teses de Abril aproximavam Lênin da teoria da revolução permanente formulada por Trótski, segundo a qual apenas operários e camponeses, por meio dos soviets, poderiam transformar a Rússia e iniciar a revolução mundial (Broué, 1996, p. 19).

A Revolução de Outubro, portanto, não pode ser compreendida como acontecimento isolado, mas como resultado do processo aberto em fevereiro e radicalizado ao longo de 1917. Broué afirma que a insurreição de 22 a 25 de outubro “constituiu apenas uma data em um fenômeno mais global: a revolução que acontecera antes e prosseguiria depois” (Broué, 1996, p. 28). Ainda assim, outubro produziu mudança qualitativa, pois resolveu a dualidade de poder em favor dos soviets. O Segundo Congresso Pan-Russo dos Soviets oficializou o novo poder, proclamando a deposição do Governo Provisório e a tomada do poder pelos soviets (Broué, 1996, p. 28).

Contudo, a vitória de Outubro não significou a pacificação da Rússia. Ao contrário, abriu uma nova etapa marcada pela resistência das antigas classes dominantes, pela intervenção estrangeira e pela militarização da revolução. A situação agravou-se após Brest-Litovsk, quando o Exército alemão passou a ocupar regiões evacuadas pelos russos, os turcos avançaram no Cáucaso e os aliados buscaram assegurar posições estratégicas, como Baku e a Bessarábia (Broué, 1996, p. 37). Diante desse cenário, a revolução necessitou de uma força militar própria: o Exército Vermelho, cuja organização foi confiada a Trótski.

Assim, entre abril de 1917 e o início da Guerra Civil, a Revolução Russa

passou de uma crise política aberta pela queda do czarismo para uma disputa armada pela sobrevivência do poder soviético. As Teses de Abril redefiniram a estratégia bolchevique; as jornadas de julho revelaram os riscos de uma ação isolada; Outubro resolveu a dualidade de poder em favor dos bolcheviques; e a Guerra Civil transformou a revolução em luta militar, social e internacional. Nesse processo, os anarquistas continuaram participando da defesa da revolução, mas também passaram a enfrentar, de forma cada vez mais intensa, a centralização bolchevique e a limitação da autonomia dos soviets.

3. OS ANARQUISTAS NA REVOLUÇÃO RUSSA

Com a passagem da Revolução de Outubro para a Guerra Civil, a atuação anarquista assumiu caráter ainda mais contraditório. Os libertários encontravam-se, ao mesmo tempo, diante da necessidade de defender a revolução contra a contrarrevolução branca e estrangeira e de combater a centralização política promovida pelo Estado bolchevique. Nesse sentido, a Guerra Civil não apenas radicalizou a luta de classes aberta em 1917, mas também estreitou o espaço de existência das forças revolucionárias que não aceitavam a subordinação ao Partido Bolchevique.

Broué observa que, nos primeiros meses do poder soviético, “a colaboração com os anarquistas foi mais duradoura”, pois eles “sustentaram energicamente o regime soviético durante os seis primeiros meses”. Entretanto, as relações começaram a se deteriorar quando os bolcheviques decidiram desarmar a Guarda Negra e, posteriormente, reprimir os destacamentos ligados a Makhno na Ucrânia (Broué, 1996, p. 44). Essa situação revela que os anarquistas não se posicionaram simplesmente como inimigos externos do poder soviético. Em diversos momentos, participaram da defesa armada da revolução, integrando a Guarda Vermelha, regimentos voluntários e até estruturas militares do Exército Vermelho.

Passetti destaca que, mesmo diante das divergências com o bolchevismo, “os anarquistas ficaram ao lado dos bolchevistas trabalhando na Guarda Vermelha, no regimento de voluntários, no Exército Vermelho e na representação diplomática” (Passetti, 2017, p. 54). Contudo, essa colaboração era instável, pois os libertários permaneciam “entre a revolução e o bolchevismo” (Passetti, 2017, p. 54). Em outras

palavras, defendiam a revolução social contra os Brancos, mas recusavam a transformação da revolução em monopólio de um partido e de um aparelho estatal centralizado.

Na Ucrânia, essa tensão apareceu de forma mais intensa por meio da Makhnovtchina, movimento camponês insurgente associado a Nestor Makhno. A região ucraniana tornou-se um dos principais espaços de disputa da Guerra Civil, atravessada pelo Exército Vermelho, pelos Exércitos Brancos, por nacionalistas ucranianos, por forças estrangeiras e por destacamentos camponeses autônomos. Jean-Jacques Marie mostra que os Exércitos Verdes eram formados por camponeses que rejeitavam tanto a conscrição militar quanto as requisições de grãos impostas pelos diversos poderes em guerra.

Segundo Marie, esses grupos se revoltavam contra “as requisições dos ‘excedentes’, até mesmo de quase toda a colheita”, contra “o monopólio estatal do comércio engendrado pela guerra civil” e contra a “ditadura comunista”, defendendo, em muitos casos, “os soviets camponeses sem comunistas” (Marie, 2017, p. 18-19). Nesse contexto, a experiência makhnovista não pode ser reduzida a banditismo ou a simples revolta camponesa desorganizada. Ainda que a Guerra Civil tenha produzido formações armadas instáveis, saques e violências de todos os lados, a Makhnovtchina possuía orientação política própria, marcada pela defesa dos soviets livres, da autonomia camponesa e da organização federativa.

Marie reconhece que, entre os Exércitos Verdes, “somente o de Makhno, que se dizia anarquista, permaneceu na memória” (Marie, 2017, p. 20). Essa permanência se explica porque Makhno conseguiu articular a revolta camponesa contra as requisições e contra os grandes proprietários a um projeto de organização social de inspiração libertária. Nesse projeto, a revolução deveria ser conduzida pelas próprias massas, e não administrada por um centro estatal exterior às comunidades rurais.

A força da Makhnovtchina também se relacionava à capacidade militar de seus destacamentos. Marie afirma que o exército de Makhno, na Ucrânia, reunia “de 25 a 30 mil” combatentes e chegou a ter, em 1919, “mais de 50 mil homens” (Marie, 2017, p. 18). Esse dado é fundamental para compreender que o anarquismo ucraniano não foi apenas uma corrente ideológica minoritária, mas uma força social armada que interferiu diretamente nos rumos da Guerra Civil. Em 1919, quando a ofensiva branca

de Denikin ameaçava o poder soviético no sul, Makhno atuou contra os Brancos e atraiu inclusive setores desmoralizados do Exército Vermelho.

Marie registra que, em julho de 1919, “os destacamentos bolcheviques situados na Crimeia se revoltaram, destituíram seus chefes e se puseram a caminho para encontrar as tropas de Makhno”, fato que representou “um golpe duro para os bolcheviques” na Ucrânia (Marie, 2017, p. 119). Dessa forma, a relação entre bolcheviques e makhnovistas foi marcada por alianças circunstanciais e rupturas sucessivas. Quando o perigo branco se ampliava, o movimento de Makhno podia aparecer como aliado militar indispensável; quando a ameaça contrarrevolucionária diminuía, sua autonomia passava a ser vista como obstáculo à consolidação do poder bolchevique.

Essa ambiguidade é perceptível na própria leitura de Broué, ao afirmar que as relações com Makhno tornaram-se “tempestuosas”, passando por “luta armada, reconciliação com os brancos, retomada dos combates” até chegar à “ruptura e uma severa repressão contra os verdes de Makhno, que foram desarmados e, com frequência, massacrados” (Broué, 1996, p. 44). Ainda que essa formulação deva ser lida criticamente, ela evidencia o caráter instável da relação entre o poder soviético central e os movimentos revolucionários autônomos.

Do ponto de vista libertário, o conflito com os bolcheviques não era apenas militar, mas político e social. A divergência central dizia respeito ao problema do Estado. Enquanto os bolcheviques defendiam a centralização como necessidade imposta pela guerra, pelo atraso econômico e pela ameaça contrarrevolucionária, os anarquistas viam nessa centralização o risco de destruição da própria revolução. Paulino, ao comentar Skirda, afirma que o embate se organizava em torno da oposição entre “Estado/Comuna”, pois os anarquistas defendiam “a construção da nova sociabilidade a partir das comunas de soviets autogovernadas e federadas entre si”, enquanto os bolcheviques priorizavam a construção do Estado proletário (Paulino, 2020, p. 241).

Essa divergência se agravou com a política bolchevique de requisições, militarização do trabalho, fortalecimento da Tcheka e limitação da autonomia dos soviets. Para os anarquistas, a revolução perdia seu sentido emancipador quando trabalhadores e camponeses deixavam de decidir diretamente sobre sua própria vida

social. Por isso, a crítica libertária ao bolchevismo não se limitava à denúncia de abusos circunstanciais, mas atingia a própria lógica da ditadura do partido. Paulino registra que, segundo Skirda, a posição dos anarquistas era “eliminar da terra a ordem da comissariocracia e das tchecas e instaurar uma livre federação panrussa de uniões de trabalhadores e das massas oprimidas” (Skirda apud Paulino, 2020, p. 242). A resposta bolchevique a essa oposição foi, progressivamente, a repressão e a desqualificação política. Os anarquistas passaram a ser identificados como elementos desorganizadores, pequeno-burgueses, contrarrevolucionários ou simplesmente bandidos. Paulino destaca que se iniciou uma campanha de difamação contra o movimento libertário, na qual o termo “anarcobandido” passou a circular na literatura bolchevique, enquanto organizações anarquistas eram acusadas de contrarrevolucionárias e perseguidas (Paulino, 2020, p. 241-242).

A própria Makhnovtchina foi acusada de aliança com kulaks e potências estrangeiras, acusação que, segundo Paulino, Skirda considera uma calúnia voltada a legitimar a política repressiva bolchevique (Paulino, 2020, p. 242). Esse processo de criminalização também aparece na análise de Marie, quando afirma que os bolcheviques chamavam os Exércitos Verdes de “bandos” e “bandidos” e, especialmente na Ucrânia, os qualificavam como “anarcokulaks” (Marie, 2017, p. 19). Tal classificação tinha função política evidente: transformar uma oposição social e revolucionária em ameaça criminosa.

A derrota dos Brancos, sobretudo após a queda de Wrangel na Crimeia em 1920, tornou ainda mais difícil a sobrevivência de forças revolucionárias autônomas. Enquanto a ameaça branca estava presente, a aliança com os makhnovistas podia ser tolerada; quando essa ameaça se enfraqueceu, Moscou passou a considerar inadmissível a permanência de um exército insurgente independente no interior da Ucrânia. Marie afirma que, depois da derrota de Wrangel, “Moscou não deseja permitir a reconstrução, no coração da Ucrânia, de um exército insurgente de partisans com cerca de 20 mil homens de comportamento imprevisível” (Marie, 2017, p. 207). Por isso, Frunze exigiu que Makhno dissolvesse suas forças ou as integrasse ao Exército Vermelho como unidades subordinadas ao comando central. Com a recusa de Makhno, em novembro de 1920, iniciou-se uma perseguição que terminou com a destruição de seu exército e sua fuga para a Romênia em 1921 (Marie, 2017, p. 207).

A derrota da Makhnovtchina simbolizou, assim, mais do que o fim de uma experiência militar camponesa. Ela expressou o fechamento do campo revolucionário plural que havia se aberto em 1917.

Broué observa que, após a Guerra Civil, o regime soviético saiu vencedor, mas a vida dos demais partidos tornou-se precária, submetida à vigilância da Tcheka, enquanto os anarquistas foram desarmados e reprimidos (Broué, 1996, p. 44). Após a derrota de Wrangel, o conflito entre bolcheviques e makhnovistas tornou-se aberto. Gomes cita a interpretação de que, vencida a contrarrevolução branca na Rússia e na Ucrânia, iniciou-se uma “segunda e não menos terrível guerra civil”, agora entre os partidários dos soviets livres e o partido-Estado bolchevique, que buscava monopolizar a revolução (Gomes, 2012, p. 64). A experiência anarquista na Guerra Civil Russa revela, portanto, uma das principais contradições do processo revolucionário: a tensão entre defesa armada da revolução e preservação da autonomia das massas. Os anarquistas combateram a contrarrevolução branca, organizaram comunas, defenderam soviets livres e participaram de experiências de autogestão, mas foram progressivamente marginalizados quando sua concepção de revolução entrou em choque com a centralização bolchevique. A Guerra Civil, desse modo, não foi apenas o cenário em que o poder soviético derrotou seus inimigos externos e internos; foi também o momento em que se decidiu qual forma de socialismo prevaleceria.

4. O DEBATE ENTRE AUTOGESTÃO E CENTRALIZAÇÃO

No presente trabalho, torna-se fundamental compreender o debate em torno dos modelos políticos formulados e disputados ao longo do processo revolucionário russo e da Guerra Civil. Essa análise permite situar os anarquistas não como força secundária, desorganizada ou meramente complementar ao bolchevismo, mas como representantes de uma concepção própria de revolução. A tensão entre autogestão e centralização, poder local e Estado forte, horizontalidade e partido de vanguarda revela que a Revolução Russa não foi um processo homogêneo, mas um campo de disputas no qual distintas correntes revolucionárias buscaram definir os caminhos da emancipação social.

A Revolução Russa e a Guerra Civil não colocaram em confronto apenas

forças sociais opostas, como trabalhadores e antigos proprietários, Vermelhos e Brancos, revolucionários e contrarrevolucionários. No interior do próprio campo revolucionário, desenvolveram-se projetos distintos sobre o significado da emancipação social e sobre a forma que o novo poder deveria assumir. Nesse sentido, a tensão entre anarquistas e bolcheviques expressou uma divergência fundamental: de um lado, a defesa da autogestão, do poder local e da horizontalidade; de outro, a defesa da centralização, do Estado forte e do partido de vanguarda.

Para os anarquistas, a revolução deveria significar a transferência direta do poder às massas trabalhadoras e camponesas, organizadas em sovietes livres, comunas, sindicatos e comitês de fábrica. A emancipação social não poderia ser construída por um Estado acima da sociedade, mas pela própria auto-organização dos explorados. Por isso, sua concepção política estava ligada à autogestão, isto é, à capacidade de trabalhadores e camponeses decidirem diretamente sobre a produção, a distribuição, a terra, a defesa armada e a vida comunitária. Essa perspectiva aparece de forma evidente na experiência makhnovista na Ucrânia, onde, segundo Gomes, os camponeses buscaram cultivar coletivamente as terras dos antigos proprietários, agrupando-se em comunas ou sovietes livres, baseados na autogestão e independentes de qualquer partido político (Gomes, 2012, p. 64).

O bolchevismo, por sua vez, partia de outra lógica. Para Lênin e os bolcheviques, a revolução precisava destruir o Estado burguês, mas não poderia simplesmente abolir toda forma de poder central. Era necessário construir um novo Estado, definido como Estado operário ou ditadura do proletariado, capaz de defender a revolução contra as classes exploradoras, os exércitos brancos e a intervenção estrangeira. Broué observa que, contra os anarquistas, Lênin sustentava a necessidade de construir, no lugar do Estado burguês, “um novo Estado, o Estado operário”, cujo modelo seria fornecido pela Comuna de Paris e pelos sovietes russos (Broué, 1996, p. 17). Assim, enquanto os anarquistas tendiam a ver o Estado como ameaça à liberdade revolucionária, os bolcheviques o viam como instrumento transitório e necessário para garantir a vitória da revolução.

A primeira grande oposição, portanto, estava entre autogestão e centralização. Para os anarquistas, a autogestão era a própria essência da revolução: os trabalhadores deveriam controlar diretamente as fábricas, os camponeses deveriam administrar a

terra coletivamente, e os soviets deveriam funcionar como organismos vivos da vontade popular. O poder revolucionário deveria nascer da base social e permanecer nela. Já para os bolcheviques, a centralização era apresentada como exigência da realidade histórica. A Rússia estava em guerra, economicamente devastada, cercada por potências estrangeiras e ameaçada por exércitos contrarrevolucionários. Nesse contexto, a dispersão das iniciativas locais parecia, aos bolcheviques, incapaz de garantir a sobrevivência do novo regime.

Essa diferença ajuda a explicar por que os anarquistas viam a centralização bolchevique como uma traição ao impulso original de 1917. Para os libertários, a revolução havia começado como expansão da iniciativa popular: soviets, comitês, assembleias, greves, ocupações de terra e formas espontâneas de ação direta. Quando essas experiências passaram a ser subordinadas ao partido e ao Estado, os anarquistas interpretaram esse processo como substituição do poder das massas pelo poder de uma nova camada dirigente. Por isso, sua crítica não se dirigia apenas a medidas específicas do governo bolchevique, mas à própria lógica da centralização estatal.

A segunda oposição dizia respeito ao poder local e ao Estado forte. O anarquismo russo e ucraniano encontrou força em tradições comunitárias, camponesas e locais, como o mir e as formas coletivas de autoadministração. Paulino, ao discutir Skirda, destaca que o mir dava aos camponeses liberdade para tratar de seus próprios negócios e permitia a associação livre entre comunas, baseadas na posse coletiva da terra e na autoadministração dos membros da comunidade (Paulino, 2020, p. 238). Essa tradição ajuda a compreender por que o anarquismo encontrou ressonância entre setores camponeses: sua proposta dialogava com práticas locais de decisão coletiva e organização comunitária.

O bolchevismo, ao contrário, colocava no centro a construção de um Estado revolucionário capaz de unificar o território, organizar o Exército Vermelho, controlar a economia, garantir o abastecimento das cidades e enfrentar os Brancos. Essa opção fortaleceu-se especialmente durante a Guerra Civil. O avanço dos exércitos contrarrevolucionários, a fome, a sabotagem econômica e a intervenção estrangeira fizeram com que os bolcheviques interpretassem a autonomia local como risco de fragmentação. O problema é que, do ponto de vista anarquista, essa centralização destruía justamente aquilo que dava sentido socialista ao processo revolucionário: a

participação direta dos trabalhadores e camponeses.

A experiência de Makhno evidencia essa tensão. Na Ucrânia, o movimento makhnovista articulava poder local, exército camponês e soviets livres. Não se tratava apenas de uma força militar, mas de uma tentativa de organizar uma sociedade revolucionária descentralizada. O movimento afirmava que os makhnovistas poderiam ajudar os trabalhadores “dando-lhes conselhos”, mas não poderiam nem queriam governá-los (Guérin apud Gomes, 2012, p. 64). Essa frase sintetiza a diferença entre o modelo libertário e o modelo bolchevique: o anarquismo propunha estimular a autonomia popular; o bolchevismo, mesmo falando em poder dos soviets, consolidava uma estrutura em que o partido assumia a direção política do processo.

A terceira oposição fundamental estava entre horizontalidade e partido de vanguarda. Os anarquistas defendiam formas horizontais de organização, nas quais as decisões deveriam ser tomadas em assembleias, congressos locais, sindicatos, comunas e soviets livres. Essa horizontalidade não significava ausência de organização, mas recusa de uma autoridade política separada da base social. O exército makhnovista, por exemplo, tentou organizar-se por recrutamento voluntário e por uma disciplina elaborada por comissões de combatentes e aprovada em assembleias gerais (Gomes, 2012, p. 65).

O bolchevismo, por sua vez, baseava-se na ideia do partido de vanguarda. Para Lênin, em um país marcado pelo czarismo, pela repressão política, pelo atraso econômico e pela dispersão camponesa, a revolução exigia uma organização centralizada de revolucionários profissionais. Broué afirma que os bolcheviques defendiam “um partido que, adaptado às condições impostas pelo autocratismo russo, reagrupasse uma vanguarda centralizada e disciplinada de revolucionários profissionais”, enquanto os mencheviques defendiam um partido mais aberto (Broué, 1996, p. 17). Essa concepção foi decisiva para a eficácia política dos bolcheviques, mas também entrou em choque com os anarquistas, que viam nela o embrião de uma nova dominação.

O debate, portanto, não pode ser simplificado como se os anarquistas fossem apenas espontaneístas desorganizados e os bolcheviques apenas autoritários. Ambos respondiam a problemas reais da revolução. Os anarquistas tinham razão ao insistir que uma revolução socialista perde seu conteúdo emancipador quando as massas

deixam de decidir diretamente. Sua crítica antecipava o risco de burocratização, de fortalecimento da polícia política e de transformação do partido em novo poder separado da sociedade. Por outro lado, os bolcheviques respondiam a uma situação concreta de guerra, fome, intervenção estrangeira e ameaça de restauração branca. Sua defesa da centralização nascia da percepção de que, sem comando unificado, a revolução poderia ser esmagada militarmente.

Nesse sentido, a Guerra Civil funcionou como um laboratório brutal de modelos políticos. O modelo bolchevique saiu vitorioso porque conseguiu centralizar recursos, disciplinar forças militares, controlar regiões estratégicas e derrotar os Brancos. Mas essa vitória teve um custo: o enfraquecimento da pluralidade revolucionária e a eliminação progressiva das alternativas socialistas não estatais. O modelo anarquista foi derrotado militarmente, mas preservou uma crítica fundamental: a de que a revolução não deveria substituir a dominação burguesa por uma dominação burocrática exercida em nome do proletariado.

A partir dessa crítica, os anarquistas denunciaram que meios autoritários não poderiam produzir fins libertários. Passetti, ao discutir Emma Goldman, resume essa divergência ao afirmar que “os meios autoritários levam a fins autoritários, da mesma maneira que meios libertários levam a fins libertários” (Passetti, 2017, p. 49). Assim, o conflito entre anarquismo e bolchevismo revela duas respostas diferentes ao mesmo problema histórico: como construir uma nova sociedade após a queda do antigo regime? Para os bolcheviques, a resposta estava na conquista do poder político, na organização do Estado proletário e na direção do partido revolucionário. Para os anarquistas, a resposta estava na dissolução das formas centralizadas de autoridade e na construção imediata de relações autogestionárias, federativas e horizontais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi analisado, é possível concluir que a importância histórica dos anarquistas na Revolução Russa e na Guerra Civil está no fato de que eles representaram uma das principais alternativas políticas ao modelo bolchevique de revolução. Sua atuação não foi secundária, episódica ou restrita a pequenos grupos isolados. Ao contrário, esteve presente nas lutas operárias, nos soviets, nos comitês de fábrica, nas comunas camponesas e, sobretudo, na experiência ucraniana da

Makhnovtchina. Ao defenderem a autogestão, os soviets livres, a organização federativa e a ação direta das massas, os anarquistas colocaram em disputa o próprio significado da revolução.

Para os libertários, a emancipação social não poderia ser realizada por meio de um Estado centralizado ou de um partido de vanguarda que governasse em nome dos trabalhadores, mas pela capacidade dos próprios trabalhadores e camponeses de administrarem sua vida coletiva. Nesse sentido, o anarquismo revelou que a Revolução Russa não pode ser compreendida apenas como a trajetória da ascensão bolchevique ao poder. Ela foi também um campo de disputa entre diferentes projetos socialistas. De um lado, consolidou-se o modelo bolchevique, baseado na centralização política, na construção do Estado proletário, na disciplina partidária e na necessidade de vencer militarmente a contrarrevolução. De outro, os anarquistas defenderam um modelo libertário, baseado na autonomia local, na horizontalidade, na federação de comunas e na recusa de qualquer poder separado das massas.

A experiência makhnovista na Ucrânia foi a expressão mais concreta dessa alternativa. Ao articular resistência militar contra os Brancos e tentativa de construção de soviets livres, comunas agrícolas e formas de autogoverno camponês, o movimento de Makhno demonstrou que havia um projeto revolucionário distinto daquele defendido pelo Estado bolchevique. Sua importância não está apenas no número de combatentes que reuniu ou em sua atuação militar na Guerra Civil, mas no fato de ter mostrado, na prática, a possibilidade de uma revolução camponesa autônoma, organizada de baixo para cima. Por isso, a repressão ao makhnovismo não significou apenas a derrota de um exército insurgente, mas a eliminação de uma forma alternativa de socialismo, fundada na autogestão e na independência das organizações populares.

A derrota dos anarquistas também revela uma das grandes contradições da Revolução Russa. A Guerra Civil exigiu organização, disciplina e capacidade militar diante dos Brancos e da intervenção estrangeira; porém, esse processo fortaleceu cada vez mais o Estado soviético, o partido único, a polícia política e a burocracia. Assim, a revolução que havia nascido da ação direta de operários, soldados e camponeses passou progressivamente a ser controlada por estruturas centralizadas. Para os anarquistas, esse deslocamento significava que a revolução corria o risco de perder seu

conteúdo emancipador. Sua crítica ao bolchevismo permanece historicamente relevante porque advertia que uma revolução feita em nome da liberdade poderia produzir novas formas de dominação se destruísse a autonomia das massas.

Além disso, a importância dos anarquistas também está ligada à batalha pela memória. A historiografia oficial soviética, sobretudo a partir do stalinismo, tendeu a reduzir a Guerra Civil ao confronto entre Vermelhos e Brancos, apagando ou marginalizando a presença dos Verdes, dos makhnovistas e das demais experiências revolucionárias autônomas. Recuperar o papel dos anarquistas significa, portanto, questionar uma narrativa excessivamente centrada no bolchevismo e recolocar em evidência a pluralidade do processo revolucionário. Como indica Paulino, a análise de Skirda busca inserir os anarquistas no debate historiográfico, destacando a atuação de trabalhadores e camponeses e propondo um novo olhar sobre os grupos que participaram das Revoluções Russa e Ucraniana.

Essa memória não ficou restrita à Rússia ou à Ucrânia. A Revolução Russa teve forte repercussão internacional e impactou movimentos socialistas, comunistas e anarquistas em diferentes países. No Brasil, por exemplo, Gomes mostra que a Rússia soviética se tornou referência para movimentos revolucionários do mundo todo, e que o movimento operário brasileiro, então marcado por forte presença anarquista, acompanhou intensamente os acontecimentos russos por meio de sua imprensa. Esse impacto, porém, foi contraditório: inicialmente, muitos libertários viram na Revolução Russa uma grande experiência popular e socialista; posteriormente, a repressão bolchevique aos anarquistas e o caráter autoritário do novo regime produziram divisões entre libertários e bolcheviques no interior do movimento operário (Gomes, 2012, p. 7).

Desde então, a experiência anarquista russa e ucraniana se externalizou como referência, advertência e inspiração. Serviu de referência porque demonstrou formas concretas de organização popular baseadas em sovietes livres, comunas, federalismo e autogestão. Serviu de advertência porque revelou os riscos da centralização revolucionária, da substituição das massas pelo partido e da transformação da revolução em razão de Estado. E serviu de inspiração porque continuou alimentando movimentos libertários posteriores, debates sobre democracia direta, crítica ao autoritarismo, organização horizontal, autonomia dos trabalhadores e resistência às

burocracias políticas.

Portanto, os anarquistas foram historicamente importantes porque ampliaram o horizonte da Revolução Russa para além da tomada do poder estatal. Eles mostraram que a revolução também podia ser pensada como construção cotidiana de novas relações sociais, baseadas na cooperação, na autogestão e na participação direta das massas. Mesmo derrotados militarmente e marginalizados pela memória oficial, deixaram uma contribuição decisiva para o debate revolucionário do século XX: a ideia de que não há emancipação real quando o povo é afastado do controle direto da própria revolução. Sua presença na Revolução Russa e na Guerra Civil permanece, assim, como uma memória incômoda, mas fundamental, pois obriga a pensar os limites do socialismo estatal e a importância permanente da liberdade, da autonomia e da ação direta na construção de qualquer projeto de transformação social.

REFERÊNCIAS

BROUÉ, Pierre. **União Soviética: da revolução ao colapso**. Coordenação da tradução: Robert Ponge. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

GOMES, Leandro Ribeiro. **Libertários e bolcheviques: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)**. 2012. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

MARIE, Jean-Jacques. **História da guerra civil russa: 1917-1922**. Tradução de Patrícia Reuillard e Janyne Martini. São Paulo: Contexto, 2017.

PASSETTI, Edson. **Os anarquistas na revolução russa: anotações libertárias**. *Revista Eopolítica*, São Paulo, n. 19, p. 47-61, set./dez. 2017.

PAULINO, Davi Luiz. **A batalha pela memória: o papel dos anarquistas nas Revoluções Russa e Ucraniana**. Epígrafe, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 236-243, 2020. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v8i8p236-243.

BROUÉ, Pierre. **O partido bolchevique: dos primeiros tempos à revolução** de 17. São Paulo: Editora Pão e Rosas, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre; BERKMAN, Alexandre. **Nestor Makhno e a revolução social na Ucrânia**. São Paulo: Imaginário; Nu-Sol; Soma, 2001.